



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

### **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2016.**

1 No dia 21 de outubro de 2016, na sala de Reuniões Plenárias, localizada no 10º andar, do Ed. Parque  
2 Cidade Corporate, Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 21ª Reunião  
3 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, com os seguintes pontos de pauta:  
4 aprovação da ata da 20ª Reunião Ordinária, relato da participação do CNDH no Encontro Regional  
5 de Defensorias Públicas e Instituições Nacionais de Direitos Humanos, relato da participação do  
6 CNDH no julgamento do caso Izidora, relato da audiência do CNDH com o Ministro Sebastião Dias  
7 sobre o caso de Criminalização do MST em Goiás (HC 371135 – STJ), relato da audiência do  
8 CNDH com o INCRA, relato audiência do CNDH com o Governador do Estado do Ceará, relatos  
9 sobre as atividades das Comissões Permanentes: Comissão Permanente de Direito Humano à  
10 Alimentação Adequada - Comissão dos Direitos da População em Situação de Rua - Comissão do  
11 Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão - Comissão dos Defensores de Direitos  
12 Humanos e Enfretamento à Criminalização dos Movimentos Sociais - Comissão de Segurança  
13 Pública e Direitos Humanos. Informe sobre as emendas parlamentares e Informes das Conselheiras  
14 e Conselheiros do CNDH. Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Ivana  
15 Farina Navarrete Pena (Presidente do CNDH, representante do Conselho Nacional dos Procuradores  
16 Gerias – CNPG), Sílvio Albuquerque (Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos  
17 Humanos, suplente), Cláudia de Freitas Vidigal (Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da  
18 Criança e do Adolescente), Carlos Magno (Associação Brasileira de Gays Lésbicas Bissexuais e  
19 Transgêneros - ABGLT) Maria Dirlene Marques (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos  
20 Sexuais e Reprodutivos – RNFS), Cristian Ribas (Coletivo ENEGRECER); Silvana Abramo  
21 Marguerito Ariano (Conselho Nacional de Justiça-CNJ), Everaldo Bezerra Patriota (Ordem dos  
22 Advogados do Brasil - OAB); Leonildo José Monteiro Filho (Movimento Nacional da População de  
23 Rua – MNPR); Gilberto Santos (Centro Indigenista Missionário – CIMI), Darci Frigo (Plataforma  
24 Dhesca Brasil), Vera Paiva (Conselho Nacional de Psicologia – CNP), Helena Martins  
25 (INTERVOZES); João Akira Omoto (MPF-Suplente), Julian Vicente Rodrigues (MNDH), Ana  
26 Cristina da Silva Rocha (Associação Brasileira de Ostromizados – ABRASO), Nome ilegível  
27 (Central Única dos Trabalhadores – CUT), Frederico Coutinho (Secretaria Especial de Direitos  
28 Humanos, suplente), Flávia Piovesan (Secretaria Especial de Direitos Humanos), Deborah Duprat  
29 (Procuradoria-Geral da República), Melida Bordone de Siqueira (Ministério da Justiça e Cidadania  
30 – MJC), Diana Calazans Mann (Departamento de Polícia Federal – DPF) e Francisco de Assis N.  
31 Nóbrega (Defensoria Pública da União – DPU). A reunião teve também a presença dos  
32 representantes da Secretaria Executiva do CNDH: Renata Studart (Coordenadora-Geral do CNDH);  
33 Cecília Bizerra Sousa (Assessora do CNDH). A presidente do CNDH, Ivana Farina, fez a abertura  
34 da reunião saudando a todos e todas, em seguida avisa que a secretaria executiva devido a grande  
35 demanda de atividades no dia 20, não pode revisar a ata, sendo assim, impossível a apreciação de ata  
36 referente 20ª Reunião Ordinária na 21ª Reunião Ordinária, ficando sua apreciação para 22ª Reunião  
37 Ordinária. O Conselheiro Darci Frigo solicita que a revisão de ata seja feita o mais breve possível e  
38 remetida a todos. Seguido para os informes, a Presidente do CNDH esclareceu que entre a última  
39 reunião ordinária e esta, a maioria das atividades do Conselho se deu em cumprimento de agendas  
40 previamente aprovadas em plenário ou em atividades de GTs, por isso houve relatos mesmo sem  
41 relatórios concluídos para apreciação, por existir muitos casos os integrantes dos GTs informaram  
42 que iriam solicitar diligências e deliberações plenária. A Presidente Ivana, foi chamada no dia



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

43 anterior a falar na imprensa e falou em nome próprio, pois a proposta de emenda constitucional  
44 seria deliberada no dia vinte e um de outubro de 2016, sendo a posição do CNDH que  
45 evidentemente além da questão técnica de inconstitucionalidade tem uma posição política do  
46 CNDH que a presidente já expressou inclusive fazendo um comparativo – que este Estado Brasileiro  
47 que agora por seu Governo pretende aprovar uma proposta dessas emendando a constituição é o  
48 mesmo que demorou vinte anos para aprovar um PL que constituía um conselho nacional de direitos  
49 humanos agora ele quer mudar as disposições constitucionais transitórias a colocar transitoriedade  
50 da estagnação – A Presidente Ivana, seguiu com agradecimentos pela participação efetiva na reunião  
51 ampliada com os conselhos estaduais de direitos humanos, pois a reunião ampliada foi inédita e  
52 surpreendentemente houve a participação de dezenove Estados representados. O primeiro informe  
53 foi o relato sobre a participação do CNDH no encontro regional de defensoria públicas e  
54 instituições nacionais de direitos humanos e como é sabido o CNDH foi convidado a participar de  
55 uma reunião no escritório regional da ONU na América do Sul para tratar de diretrizes de  
56 observadores de direitos humanos em manifestações e protestos, o CNDH foi representado pela  
57 Presidente, mas o Estado brasileiro também teve a participação por meio da PFDC. O CNDH por  
58 escrito sugeriu alteração no texto proposto pela ONU no sentido que, quando limite da força de  
59 segurança da atuação dela saísse do legal para o abuso o observador estaria então autorizado a  
60 intervir com o objetivo de mediação. A Presidente explica que o CNDH tem diretrizes e não um  
61 código de atuação aprovado pela ONU, dentro das diretrizes elas serão adaptadas para atuação dos  
62 observadores de direitos humanos, o Conselho participou de todos os debates, mas ainda não teve o  
63 pleito apreciado, frisou que foi a primeira vez que o Conselho foi convidado para participar pelo  
64 ONU de uma reunião como uma instituição Nacional de Direitos Humanos. A Conselheira Silvana  
65 Abramo pediu esclarecimento a presidente se foi discutido o momento da intervenção se o conflito  
66 é iminente ou já deflagrado. O Conselheiro Akira coloca que as diretrizes devem ser adaptadas  
67 conforme cada instituição. A Presidente Ivana, relata ao Conselho audiência com o Ministro, nela a  
68 presidente explicou as atribuições do CNDH conforme Lei que o criou, esclarecendo que este  
69 Conselho não possui capacidade jurídica para tanto seria necessário revogar a Lei que criou o  
70 Conselho e criar um órgão com tal finalidade, diz ao Ministro que se o Brasil é a quarta população  
71 carcerária do mundo é porque tem muito Juiz prendendo. Após dialogo sobre o sistema prisional, a  
72 presidente foca no caso de Goiás o qual apresentou ao Ministro, aproveitou e pediu ao Ministro que  
73 tirasse a palavra que especifica o Estado de Goiás, apresentando o Relatório de Rondônia que estava  
74 pronto e assim demonstra que em outros Estados o quadro é o mesmo, fala que o HC está dentro de  
75 um contexto e que o Conselho tem o dever de trazer o contexto de violações ao Ministro. A  
76 Conselheira Deborah Duprat colocou que o mais importante de reter e disseminar é a conclusão  
77 unanime no sentido de que o movimento social não constitui crime de organização criminosa.  
78 Conselheiro Darci Frigo relatou audiência com o INCRA informou que apresentou o relatório de  
79 Rondônia e pediu ao INCRA uma reunião com diferentes instituições responsáveis pelas  
80 problemáticas constante no relatório trazendo movimentos sociais de Rondônia e algumas  
81 instituições de Rondônia em Brasília ficando agendado para o dia oito de novembro de 2016, às 9  
82 horas reunião que será presidida pelo INCRA. O Conselheiro Darci Frigo demonstra com dados  
83 significativos que o Estado de Rondônia é o maior em números de assassinatos, informou que o  
84 CNDH já disparou os ofícios com as recomendações do relatório e pede que seja concentrado na  
85 audiência do dia oito a leitura crítica inclusive sobre a atuação do próprio INCRA, pede a  
86 participação do CNJ e uma força tarefa para que possa ter resultados, pede também a presença da  
87 SEDH e informa que já avisou a Conselheira Diana Mann da reunião devido a operação realizada  
88 pela DPF contra grupos de extermínios. Conselheira Sandra Carvalho levantou a preocupação com  
89 os defensores presos em Rondônia colocando que já houve onze mortes. A Presidente seguiu com os



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

90 encaminhamentos, iniciou-se o relato sobre a audiência com o Governador do Ceará que a  
91 Presidente cobrou do Governador a falta de resposta do Estado. A conselheira Silvana Abramo  
92 trouxe ao Conselho a informação que as reformas estão sendo realizadas pelos próprios internos e  
93 demonstra o círculo vicioso de reparação das unidades e sua degradação. A Conselheira Silvana  
94 Abramo Marguerito Ariano relatou que o concurso de agentes socioeducativos se trata de uma  
95 seleção simplificada para contratos temporários e coloca também a questão orçamentária para  
96 construção de unidades, enfim, o Conselho trata da violência e de violação dos direitos dos  
97 menores, diz que existe uma centralidade no tema que é do CNDH não podendo abrir mão, diz ser  
98 evidente o trabalho em parceria com o CONANDA, assim como foi no Estado do Ceará, enfatizou  
99 que não se pode tirar a centralidade dos direitos humanos, caso contrário cada área terá uma área do  
100 Governo especializada e o CNDH ficaria esvaziado de suas funções, a presidente disse que vai pedir  
101 uma audiência entre a secretária Flávia Piovesan, a secretária da criança e do adolescente que não  
102 está mais na SDH e o Conselho para levar não só a situação do Estado do Ceará e sim de todos os  
103 sistemas socioeducativos do país. A Presidente afirmou que o CNDH precisa ter uma sequência de  
104 cobranças e de prazos. O Conselheiro Darci trouxe a informação de que os ex policiais militares  
105 expulsos da corporação são os que estão ingressando na carreira do sistema socioeducativo.  
106 A Conselheira Vera chamou atenção para os depoimentos dando como exemplo o depoimento de  
107 uma mãe do Rio de Janeiro, que o seu filho foi assassinado, sugeriu que seja estimulado uma rede  
108 nacional com as mães afetadas por esta violência com o objetivo de reparação psíquica, pois a  
109 reparação é para além do econômico. A Conselheira Deborah aproveitou a presença do Secretario  
110 Adjunto Silvio, para expor o quadro de retrocesso e opressão de direitos, fala da perseguição aos  
111 estudantes, à prisão dos estudantes, a busca dos nomes dos estudantes, a violência policial nas  
112 manifestações, a militarização e a infiltração de militares. O Conselheiro Carlos Magno falou sobre  
113 a extinção do Conselho Curador da EBC para demonstrar que todos os conselhos podem ser  
114 extintos de uma hora para outra. A Presidente estimulou os conselheiros e as conselheiras a debater  
115 a medida provisória porque ela não sai do papel, que o Conselho deve pedir informações e começar  
116 a cobrar, disse que não é favor do Estado que o CNDH esteja funcionando. A Presidente abriu os  
117 informes sobre as Comissões, informa que a Comissão Permanente Direito Humano a Alimentação  
118 Adequada veio do CDDPH, disse que ela sempre foi coordenada pela representação da DPU e que  
119 continua sendo, falou sobre a reunião da comissão que aconteceu sem coordenação e disse que essa  
120 comissão deveria ser coordenada por conselheiro do CNDH conforme regimento, a Presidente pede  
121 que a Coordenadora-Geral Renata Studart dê um breve relato sobre a reunião. A Coordenadora  
122 Renata disse que a grande dificuldade é essa, que algumas reuniões foram coordenadas pela Thais,  
123 mas ela não está aqui na Reunião Ordinária, então, ela não consegue ampliar as discussões de  
124 plenário ficando os encaminhamentos só de comissão, mas na última reunião foram discutidos os  
125 relatórios da época do CDDPH, fecharam o relatório Sapê do Norte, a comissão estava fechando as  
126 janelas ainda abertas, mas disse que ainda existem alguns vícios da época do CDDPH. Nessa última  
127 reunião eles fizeram uma apresentação da situação dos ciganos, foi convidada a antropóloga Emília  
128 Ulhôa do MPF, ela passou um balanço geral sobre a situação dos ciganos, a comissão decidiu pelo  
129 acompanhamento do caso dos Ciganos de Sousa na Paraíba, o procurador Jorge Sodré foi designado  
130 como relator e a comissão está em fase de levantamento de informações, foi uma reunião que durou  
131 somente o período da manhã e a pauta foi só ciganos. Ficou para próxima reunião analisar novos  
132 casos que o CONSEA vai levar para comissão, serão casos específicos de violação de alimentação  
133 adequada. O Conselheiro Darci pediu que fosse feita uma avaliação política metodológica das  
134 comissões. A Presidente iniciou o relato das atividades da Comissão dos Direitos da População em  
135 Situação de Rua, pois o conselheiro Leonildo não pode estar presente. A Presidente apresentou a  
136 todos e a todas a servidora Cecília Bizerra, que foi cedida ao CNDH. A Assessora Cecília trouxe os



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

137 pedidos da comissão ao plenário, disse que o principal encaminhamento foi à criação de um Grupo  
138 de Trabalho para acompanhamento dos projetos de Lei referentes à temática da população em  
139 situação de rua, os demais encaminhamentos foram operacionais como marcar reunião com o  
140 Ministério do Trabalho, envio de documentos, trabalhar junto com o CIAMP Rua para potencializar  
141 as ações da comissão e solicitação de esclarecimentos sobre negação de serviços. A Conselheira  
142 Deborah pediu à comissão que trabalhe em conjunto com o CNJ e o CNMP na questão da retirada  
143 das crianças de suas mães que estão em situação de rua, principalmente após o parto. Conselheira  
144 Dirlene disse que a retirada dos filhos de suas mães abrange toda e qualquer mãe usuária de drogas,  
145 solicitou a conselheira Deborah que repassasse a todos as informações sobre a Lei e demais  
146 informações sobre essas retiradas dos filhos das mães usuárias de drogas. O conselheiro Cristian  
147 solicitou ao CNDH que previamente pudesse aprovar uma segunda manifestação sobre a destituição  
148 do poder familiar. Presidente Ivana esclareceu quando o CNDH delibera acolher um caso, ele  
149 acolhe o caso não só na primeira etapa do julgamento e sim em todas. Presidente Ivana disse que o  
150 CNDH deliberou em pedir audiência assim que a Ministra Carmen Lucia assumisse a presidência  
151 do STF e do CNJ, nesse rol de atividades essa ainda não aconteceu, entre essa reunião e a próxima  
152 essa audiência vai ter acontecido e disse que nessa audiência ela será acompanhada das conselheiras  
153 Silvana e Luciana Lóssio. Ivana informou que a secretaria Cláudia Vidigal foi convidada pelo  
154 conselheiro Silvio a estar nessa reunião ordinária. A presidente deu as boas vindas à secretaria  
155 Cláudia e disse que este conselho não tem a temática específica da infância e da juventude, mas tem  
156 a promoção, defesa e a garantia de direitos humanos. Ivana disse que este colegiado é o mais amplo  
157 e que estão preocupados com a forma como foram feitas as transformações nesses órgãos de  
158 promoção de direitos, disse que o CNDH foi contrário a extinção do Ministério das Mulheres, da  
159 Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e depois disso ainda trabalhamos em conjunto com o  
160 Secretário Rodrigo Torres, a atuação era muito articulada, mas agora a ideia foi desmembrar, porém,  
161 as questões continuam chegando aqui, disse a secretaria Cláudia que foi feito um relatório que será  
162 encaminhado às mãos da dela e relata a gravidade da situação dizendo que se fez necessário uma  
163 reunião com o Governador do Ceará. A Secretária Cláudia Vidigal agradeceu a recepção e a  
164 oportunidade de participar da reunião, ela disse que compartilha da mesma preocupação, pois tratar  
165 de crianças e adolescentes é tratar também de direitos humanos, disse que o fato de não estar na  
166 mesma secretaria que o CNDH tem seu ponto positivo, pois isso traz mais visibilidade ao tema.  
167 Disse que a sua secretaria reconhece a crise no Sinase e as violações dos direitos humanos das  
168 crianças e dos adolescentes. Salientou que essa crise não é de agora e explicou que é um processo  
169 sistemático que se repete. Ela frisou que a sua secretaria tem como prioridade o Sinase. Presidente  
170 Ivana disse a secretária Cláudia antes que ela saísse da reunião que foi deliberado um pedido de  
171 reunião com ela e com a secretária Flávia Piovesan, informou também da deliberação de reunião  
172 com o CNJ. A Presidente explicou que o CNDH trabalha com a ideia de combater a proposta de  
173 redução da maioria penal desde sempre, mas ao mesmo tempo o CNDH trabalha com a questão  
174 da internação como regra porque o conselho vai tratar no CNJ que como a prisão é regra a  
175 internação tem sido regra análoga, então o conselho pediu ao atual Ministro da Justiça a sua posição  
176 com relação à redução da maioria penal, e ele já se manifestou dizendo ser contrário.  
177 Conselheira Deborah disse que o conselho também é contra a ampliação do tempo de internação. A  
178 Secretária Cláudia agradeceu a oportunidade e colocou a sua secretaria a disposição. A Presidente  
179 Ivana seguiu com a Comissão do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão passando os  
180 relatos ao conselheiro Carlos Magno. Conselheiro Carlos Magno disse que a reunião foi mais de  
181 encaminhamentos e que primeiramente foi tratada a nota da comissão contra a extinção do conselho  
182 curador, disse que essa nota foi enviada para vários órgãos, disse que a nota obteve uma boa  
183 repercussão, disse ainda que o relatório da comissão foi aprovado pela mídia, disse que a ideia é



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

184 fazer audiências com esse relatório. A Conselheira Deborah sugeriu que o conselho se manifeste  
185 contrário ao PL que está em tramitação referente ao ECA, que tem o objetivo de identificar as  
186 crianças e os adolescentes que estão em confronto com a Lei. A Presidente Ivana disse que a  
187 proposta já está acatada que ela não precisa ser votada. A presidente informa que antes da próxima  
188 Reunião Ordinária a conselheira Helena irá se reunir com a secretária. A Presidente do CNDH  
189 seguiu com a Comissão dos Defensores de Direitos Humanos e Enfretamento à Criminalização dos  
190 Movimentos Sociais. Conselheiro Carlos informou aos demais conselheiros que a comissão se  
191 reuniu basicamente pela audiência no INCRA e depois a pauta sobre o programa de proteção. O  
192 conselheiro Darci Frigo complementou informando os pontos tratados na reunião no INCRA que  
193 foram sobre o caso da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu e Quedas do Iguaçu. Conselheira Dirlene  
194 explicou a proposta de visita in loco no caso Izidora para produção de um relatório e diálogo do GT  
195 com os moradores, e pede a participação da Cláudia Amaral na visita. A Conselheira Sandra  
196 Carvalho relatou a reunião com a coordenação do PPDDH e com a diretora da divisão de defesa,  
197 disse que cobraram delas o andamento do PPDDH, disse que a informação é que todos os convênios  
198 com os Estados foram concretizados, mas no Estado do Maranhão o programa está em fase de  
199 implantação, a Bahia não conseguiu superar o problema em relação à contratação de alguma  
200 organização da sociedade civil, no Pará o programa está avançando. Sandra disse que a maior  
201 preocupação é com o convenio de acolhimento provisório que não foi renovado porque ele paralisa  
202 as ações do PPDDH na maioria dos Estados. O conselheiro Carlos Magno relatou o caso de uma  
203 travesti de dezesseis anos que foi agredida por taxistas e os policiais ficaram vendo sem fazer nada,  
204 aconteceu em Belém, vamos continuar monitorando, pois queremos respostas. O conselheiro Julian  
205 iniciou os relatos sobre a reunião da Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos, disse que  
206 devido aos relatos dados na reunião percebe-se que a comissão está com algumas dificuldades, a  
207 ideia é conseguir destravar a comissão porque ela é muito importante, disse que um dos eixos  
208 tratados foi o das chacinas, foram tiradas duplas para fazer visitas nos locais onde aconteceram as  
209 chacinas. Disse que a comissão vai ao Belém do Pará, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo e  
210 Manaus, outro encaminhamento é o de monitorar todos os projetos de Lei na temática de segurança  
211 pública para que o conselho possa se posicionar a favor ou contra. Disse que para facilitar o  
212 monitoramento dividiram os temas em onze categorias. A presidente Ivana disse que o caso de  
213 Cabula já havia sido recepcionado pelo conselho, ou seja, não existe necessidade de ser votada e  
214 sim de continuar a ser acompanhada. A presidente do CNDH deu a pausa para o almoço.  
215 Conselheira Maria Dirlene abriu a reunião na parte da tarde, disse que ficou faltando dois temas,  
216 informes sobre as emendas parlamentares e informes das Conselheiras e Conselheiros do CNDH. A  
217 conselheira Maria Dirlene disse que o MAB enviou convite ao conselho solicitando uma representação  
218 para participar da manifestação em Mariana e acompanhar o percurso em toda a bacia do Rio Doce, a  
219 conselheira disse que de toda maneira irá participar da manifestação, mas não poderá fazer o percurso.  
220 Conselheira Sandra disse que a Justiça Global irá participar de toda a programação. Conselheira Maria  
221 Dirlene disse que ela e a conselheira Deborah serão a representação do CNDH. A conselheira Maria  
222 Dirlene solicitou que Frei Gilvander participe da missão a Izidoro e que ele acompanhe a comissão. O  
223 conselheiro Everaldo Patriota registrou a existência de informações dispares com relação ao programa  
224 de defensores, pois o que foi dito hoje na reunião ordinária não bate com os relatos dos conselhos na  
225 reunião ampliada, a informação dada hoje é que todos os convênios haviam sido renovados. A  
226 conselheira Maria Dirlene abriu a pauta da parte da tarde. O coordenador da Comissão o conselheiro  
227 Darci Frigo iniciou os informes e encaminhamento da Missão do GT Belo Monte - Belo Sun, disse que  
228 a ida num feriado e pegando o final de semana foi decorrente da possibilidade de licença da instalação  
229 de Belo Sun, disse que a equipe se dividiu em duas, uma foi verificar as recomendações e novas  
230 denúncias sobre Belo Monte a outra equipe foi ver a situação das pessoas que já estavam sendo  
231 impactada pelas primeiras ações da Belo Sun, disse que depois foram para capital para reunião com a



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

232 secretaria de meio ambiente e sustentabilidade, disse que fizeram uma coletiva em Belém. Conselheiro  
233 Darci Frigo disse que na audiência pública ficou definido a criação de um cadastro pela Norte Energia  
234 reconhecendo que a comunidade é impactada pelo empreendimento que eles tem direito a indenização e  
235 a moradia. Conselheira Maria Dirlene disse que precisa ser encaminhada a recomendação de que nada  
236 seja feito enquanto estiver no período de monitoramento e segundo o encaminhamento de audiência  
237 pública a ser feita lá, essas são as duas decisões emergenciais. O conselheiro Akira disse que os ofícios  
238 devem ser enviados para FUNAI e IBAMA, e para SEMAS recomendando que ela pare todas as  
239 iniciativas enquanto não houver por parte do IBAMA manifestação oficial. A conselheira Maria Dirlene  
240 disse que os relatórios Belo Monte e Belo Sun serão apreciados na próxima reunião ordinária do CNDH.  
241 O conselheiro Darci Frigo pediu ao plenário uma reunião com o Ministério da Justiça para tratar  
242 especificamente da FUNAI. A presidente Ivana abriu a pauta sobre a PEC 241/16 manifestação do  
243 CNDH e acompanhamento, disse que a questão da inconstitucionalidade da PEC, direitos  
244 fundamentais ali tratados são educação e saúde; ajuste fiscal e a questão do principio do não  
245 retrocesso em direitos fundamentais, essas questões serão de deliberações do conselho. Disse que a  
246 petição pública traz um estudo que foi feito por diversas representações sobre tudo de  
247 representações do Ministério Público Federal, Ministério Público dos Estados E Ministério Publico  
248 de Contas, e ela não é um arrazoado então político é um arrazoado técnico até porque sustenta a  
249 inconstitucionalidade. Disse que o conselho já se manifestou sobre diversas PECs, o conselho se  
250 manifestou contra a PEC da redução da maioria penal entendendo tratar-se de cláusula pétreia,  
251 sobre a PEC 215 que diz respeito aos direitos indígenas e demarcação de terras o conselho também  
252 já se manifestou, essas manifestações em PECs elas são direcionadas a todos e todas os integrantes  
253 do Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. A Presidente  
254 seguiu dizendo que a votação em primeiro turno já ocorreu com a aprovada dessa PEC e que a mesa  
255 diretora pautou para o conselho exatamente porque foi indagada sobre a posição do CNDH sobre  
256 essa possível inconstitucionalidade da proposta. Disse que ao término da reunião ampliada diversos  
257 órgãos dos Estados que estavam presentes assinaram um manifesto contra a PEC 241 ao argumento  
258 que ela atinge sim diretamente os direitos fundamentais a saúde e a educação e que nesse sentido  
259 teríamos um retrocesso inadmissível pelos tratados em que o Brasil é parte signatária e também pelo  
260 texto da própria constituição, disse que é bom lembrar que a proposta muda o texto do ato das  
261 disposições constitucionais transitórias, e essa transitoriedade que é proposta são de vinte anos. A  
262 presidente disse que se o conselho zela pelas normas constitucionais atinentes aos direitos humanos,  
263 aos tratados internacionais de que o Brasil é parte signatária, o conselho precisa fazer uma análise  
264 sobre essa PEC nas duas orbitas tanto na orbita da constitucionalidade por afronta a esses  
265 princípios. A presidente Ivana disse que a indagação foi se o CNDH pretende emitir nota técnica e  
266 se vão entregar para os integrantes do Congresso Nacional, a presidente abriu a palavra para os  
267 conselheiros e conselheiras, o conselheiro Silvio disse que ele se posicionaria contra a manifestação  
268 e lembrou aos conselheiros que o Ministro Luis Roberto Barroso no dia 10 negou o mandado de  
269 segurança impetrado pelo PT e PCDB que solicitava a suspensão da tramitação da PEC 241, leu um  
270 pedaço da decisão do Ministro Barroso, conselheiro Silvio disse que acha que se o Ministro não  
271 autorizou não deu provimento ao mandado de segurança seria um contrassenso no ponto logico  
272 jurídico que o conselho buscasse intervir no processo legitimo e democrático que está sendo levado  
273 a curso dentro do Congresso brasileiro e seguiu dizendo que considera legitimo que o conselho se  
274 manifeste, mas eu acho que ignorar a posição do Ministro Barroso nesse particular e intervir no  
275 trabalho legitimo seria algo que mereceria uma reflexão maior por parte desse conselho. A  
276 conselheira Deborah disse que não é a primeira vez que o Ministro Barroso enfrenta uma PEC e  
277 disse que o Ministro fez a mesma coisa com a PEC 215. O conselheiro Julian colocou a posição do  
278 MNDH com relação a PEC disse que a PEC e o Golpe tem quatro objetivos principais uma é a



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

279 entrega do Pré-sal, a questão da redução dos custos do trabalho reforma trabalhista, continuação dos  
280 financiamentos dos grandes portadores dos títulos da dívida vulgar super ricos e quatro a reforma da  
281 previdência. Disse que essa PEC é simplesmente o fim possibilidade de qualquer garantia dos  
282 direitos fundamentais. O conselheiro Cristian disse que a PEC será devastadora e clamou aos  
283 conselheiros que se manifestem a favor a posição do conselho que é contra a PEC. O conselheiro  
284 Pedro disse que o MRE é contrário a manifestação do conselho sobre PEC 241. O conselheiro  
285 Everaldo disse que o CNDH tem a missão política, disse que o STF tem errado muito. O  
286 conselheiro Gilberto falou em nome do conselho indigenista e disse que são a favor da manifestação  
287 do conselho contra a PEC. Conselheira Silvana Abramo disse que entende que a PEC 241 trata de  
288 interesse do Estado e como tal deve ser discutida e apreciada por toda a sociedade e que não há a  
289 possibilidade da sociedade se eximir de manifestação a esse respeito nesse momento, por isso o meu  
290 voto é a favor da nota. O conselheiro Darci Frigo se manifestou favorável à manifestação do  
291 conselho. Conselheira Maria Dirlene também se manifestou a favor. Presidente Ivana disse que  
292 considerando a petição pública leu o parágrafo final do texto referencia para que os conselheiros e  
293 conselheiras pudessem saber em qual sentido será a manifestação do CNDH. A presidente Ivana  
294 disse que essa manifestação do conselho não é a primeira e não será a última disse também que o  
295 conselho não fará qualquer proposição arguição de inconstitucionalidade, mas se o texto aprovado  
296 for e o conselho entender como já o fez diversas vezes de representar pela arguição de  
297 inconstitucionalidade o fará em momento oportuno e em expediente não mais dirigido ao Congresso  
298 Nacional e sim ao Procurador-Geral da República. A presidente abriu a votação e pediu que  
299 ficassem registrados em ata os votos contrários, foram contrários à nota técnica: conselheira Diana  
300 representante da DPF, conselheira Melina representante do MJ, conselheiro Pedro representante do  
301 MRE e o conselheiro Silvio representante da SEDH. A presidente perguntou se existia alguma  
302 abstenção e não houve nenhuma, foram doze votos favoráveis e quatro votos contrários, o conselho  
303 vai providenciar a elaboração do texto. A presidente Ivana passou a palavra a Sinara Gumieri do  
304 Instituto Anis. A convidada Sinara falou sobre a Situação de bebês/familiares afetados pela síndrome  
305 congênita do Zika, disse que não é só a microcefalia que ela é apenas um sinal da uma síndrome,  
306 disse que o nome científico é Síndrome Congênita do Zika que é um conjunto de sinais, disse  
307 também que o Brasil é o epicentro dessa crise, mostrou um trecho do documentário produzido pelo  
308 instituto o qual chamam de a primeira geração afetada pela Zika e informou que o documentários  
309 encontra-se disponível no youtube canal voz do Brasil. A conselheira Vera trouxe a informação de  
310 que o Zika é sexualmente transmissível. O conselheiro Julian do MNDH perguntou a Sinara se  
311 existem estudos clínicos sobre expectativa de vida e consequências neurológica. O conselheiro  
312 Francisco agradeceu a presença da convidada Sinara. A convidada Sinara respondeu que a  
313 expectativa de vida e as consequências estão sendo descobertas, pois ainda não existem estudos  
314 científicos comprobatórios. A Presidente do CNDH disse que foram dois encaminhamentos,  
315 solicitar expediente com o Diretor do Instituto Evandro Chagas o senhor Pedro Fernando da Costa  
316 Vasconcelos, para discutir o Zika em evento e solicitar audiência com o Supremo Tribunal Federal,  
317 Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Nacional de Assistência Social do MDS. A presidente  
318 Ivana deu por encerrada a vigésima primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos  
319 Humanos.